

Plenário aprova cem projetos no primeiro semestre legislativo

Lei da Ficha Limpa, PEC do Divórcio e reajuste das aposentadorias do INSS estão entre os destaques

Se adicionados os 624 requerimentos, as 43 mensagens e os dois ofícios, foram 769 matérias aprovadas no semestre. O projeto que criou o Fundo Social do Pré-Sal e estabeleceu a divisão equitativa dos *royalties* do petróleo está entre os mais polêmicos. Propostas de emenda à Constituição que também receberam a aprovação dos senadores valorizam a juventude, o Cerrado e a Caatinga e tornam permanente o Fundo de Combate à Pobreza. **3**



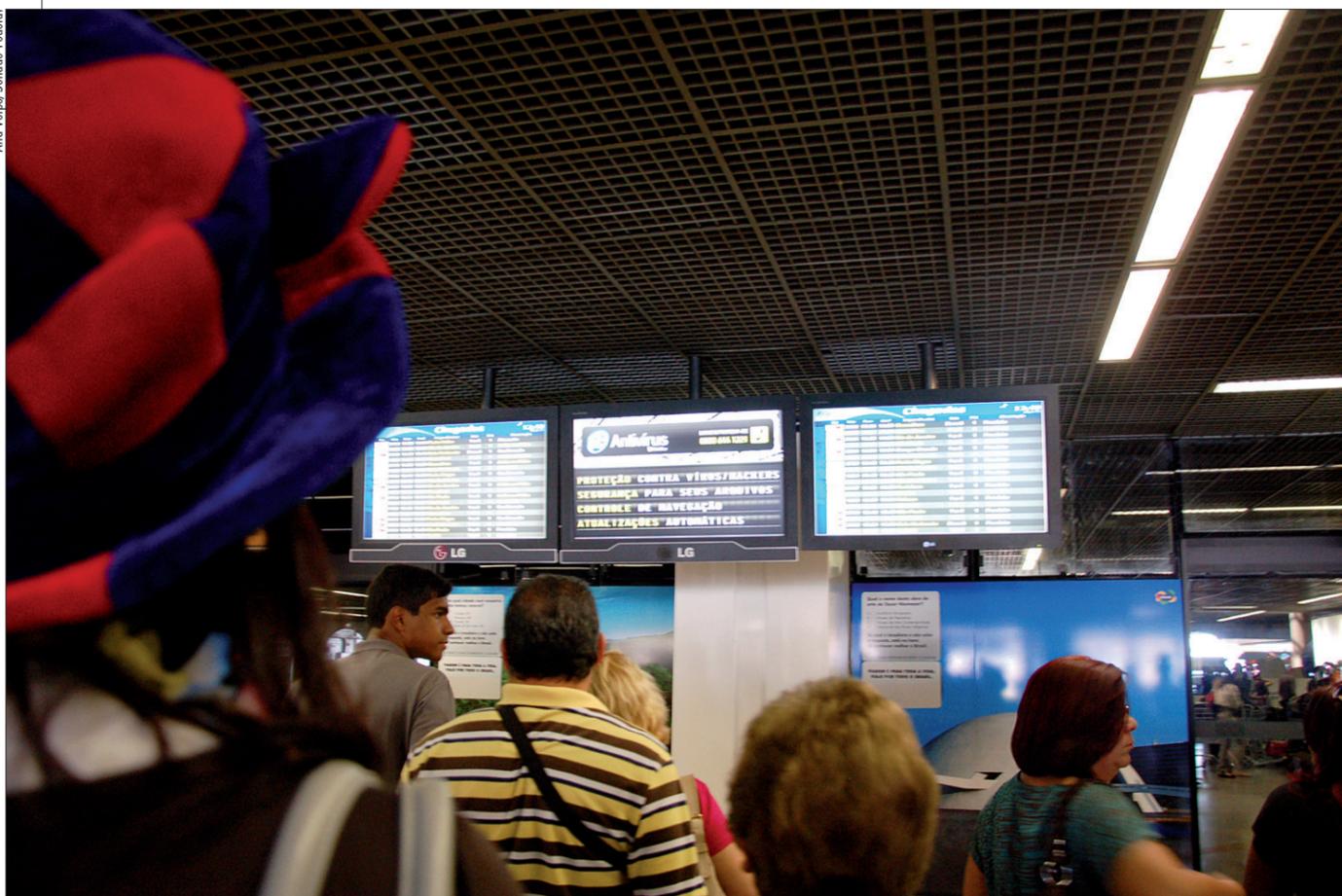
Waldemir Barreto/Senado Federal

Plenário durante sessão deliberativa presidida por José Sarney: senadores também aprovaram o monitoramento eletrônico de condenados em regime aberto

Comissão de Agricultura vai debater criação do Fundo de Catástrofe **4**

Proposta dificulta liberdade condicional para autores de crimes hediondos **3**

Ano Volp/SENADO FEDERAL



Fiscalização especial para Copa e Olimpíadas

Projeto de Renato Casagrande – em análise na Comissão de Justiça – institui grupo de técnicos do Senado, da Câmara e do TCU, que deve interagir com outros órgãos para monitorar ações públicas na organização dos dois megaeventos de 2014 e 2016. **2**

Entre os investimentos necessários, está a ampliação dos aeroportos, como o de Brasília, para comportar o aumento do volume de passageiros

Para o controle social de despesas, projeto determina a divulgação pela internet de todas as ações públicas relacionadas aos dois eventos esportivos

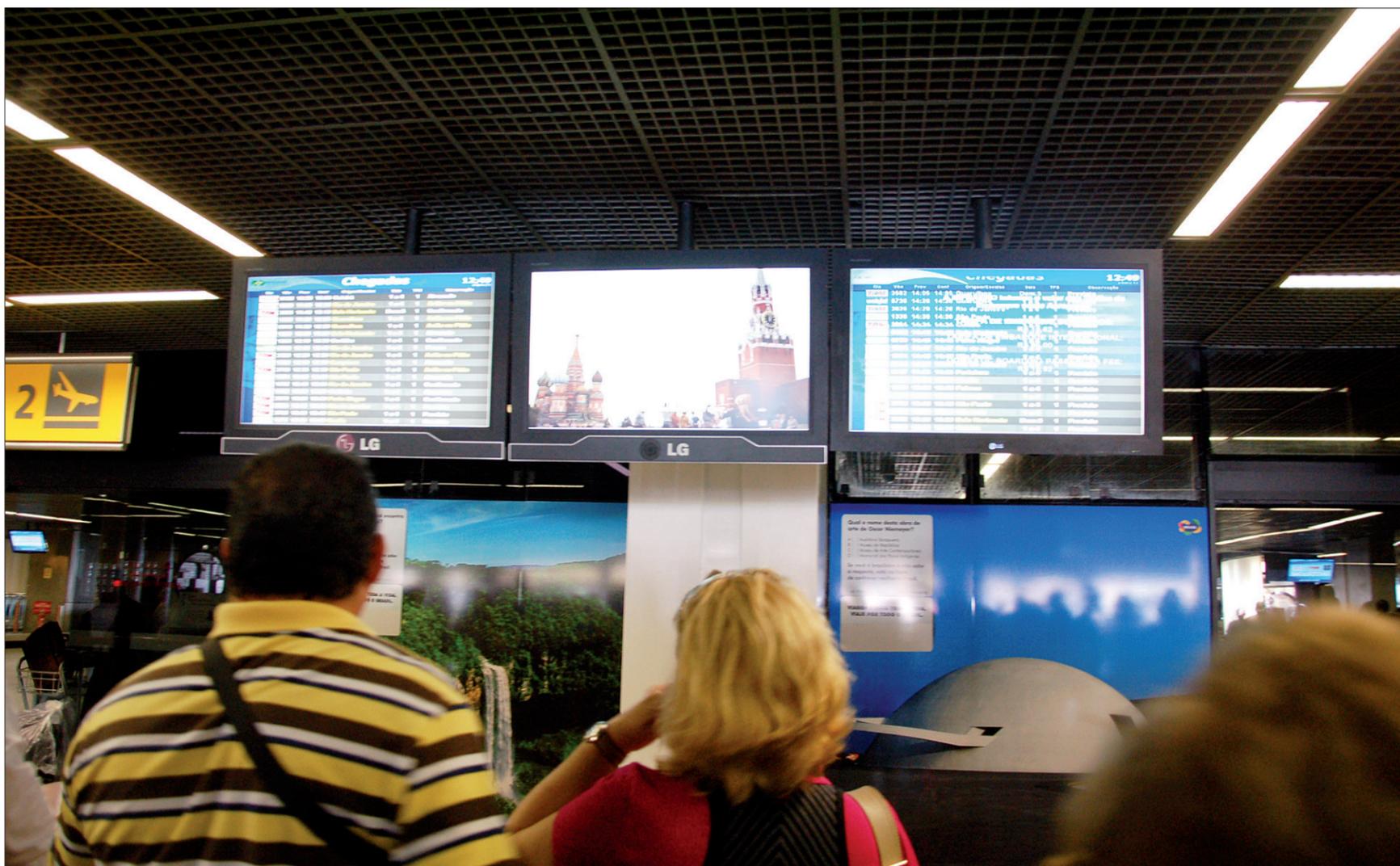


Foto: Ana Volpe/Senado Federal

Aeroporto Internacional de Brasília: ampliações dos terminais de passageiros das cidades que sediarão jogos da Copa de 2014 estão entre os elevados investimentos necessários para organizar o evento

CCJ analisa parceria institucional para fiscalizar gastos com Copa e Olimpíadas

OS INVESTIMENTOS PÚBLICOS com a organização e a realização da Copa do Mundo de 2014 e dos Jogos Olímpicos de 2016 poderão ser monitorados por comissão constituída por técnicos do Senado Federal, da Câmara dos Deputados e do Tribunal de Contas da União (TCU). Tal comissão poderá contar ainda com representantes do Ministério Público e dos tribunais de contas dos estados e dos municípios em que ocorrerão os eventos esportivos.

O monitoramento está previsto em projeto de lei do senador Renato Casagrande (PSB-ES) que está na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Pela proposta (PLS 480/09), o grupo técnico será responsável pela elaboração de estratégias de trabalho conjuntas para fiscalizar a aplicação dos recursos públicos em ações destinadas à realização dos dois eventos

esportivos no Brasil.

O projeto também estabelece a implantação de portais na internet para cada um dos dois eventos, com informações sobre todas as ações públicas relacionadas à Copa do Mundo de 2014 e às Olimpíadas de 2016. Os portais permitirão o recebimento de denúncias e sugestões. As denúncias deverão ser encaminhadas, com sigilo da fonte, ao tribunal de contas competente para apuração. Um dos portais, inclusive, já está funcionando: é o *site da Rede de Fiscalização e Controle da Copa 2014* (<http://www.senado.gov.br/fiscaliza2014>).

Renato Casagrande informou que o Senado e a Câmara já começaram a debater o assunto com representantes dos setores público e privado. Órgãos governamentais responsáveis pela Copa e pelos Jogos Olímpicos também foram convidados a



Cristiano Gallo/Senado Federal

Renato Casagrande propõe trabalho integrado entre Câmara, Senado e TCU explicar as ações e investimentos necessários para o cumprimento das exigências da Federação Internacional de Associações de Futebol (Fifa) e do Comitê Olímpico Internacional (COI).

O senador disse que foi criada uma rede de informações entre as comissões de Fiscalização e

Controle da Câmara e do Senado, o TCU e os tribunais de contas estaduais e municipais das cidades-sedes. O propósito foi criar uma matriz de fiscalização, com troca de informações e experiências, para dar transparência a todas as ações que envolvam dinheiro público, como obras, aquisições e contratações.

– O projeto de lei tem como escopo consolidar todas essas iniciativas, materializando-as em um corpo legal, e estabelecer um marco fiscalizatório, que servirá como exemplo de transparência e eficiência para outras propostas de controle social de recursos públicos – diz o senador.

A matéria, que será relatada na CCJ pela senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), também vai ser examinada pelas comissões de Educação, Cultura e Esporte (CE) e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário

14h Sem a votação de matérias, o Plenário se reúne em sessão não deliberativa, destinada a discursos e comunicados da Mesa.

SESSÃO ONLINE: a íntegra dos pronunciamentos publicados no **Jornal do Senado** pode ser lida no endereço www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sessao/default.asp

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4º Secretário: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata
Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

Não houve sessão do Plenário do Senado na sexta-feira.

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Silvia Gomide
Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira
Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editor-chefe: Flávio Faria
Editores: Edson de Almeida, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Sylvio Guedes
Diagramação: Iracema F. da Silva, Ronaldo Alves e Osmar de Jesus Miranda
Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Miquéas D. de Moraes, Pedro Pincer e Silvio Burle
Reportagem: Cíntia Sasse e Rafael Faria
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Claudio Portella e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333
Site: www.senado.gov.br/jornal - **E-mail:** jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61 2211 - **Fax:** (61) 3303-3137
 Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920



Sessão plenária do Senado durante votação: 769 matérias foram aprovadas de fevereiro a julho. Fundo de Combate à Pobreza e Zona Franca de Manaus foram prorrogados, e aposentados obtiveram reajuste

Ficha Limpa e *royalties* destacaram-se no Plenário

Entre os cem projetos aprovados no primeiro semestre legislativo, também estão a PEC que eliminou o prazo legal para os divórcios e a que deu novas garantias aos jovens

AS APROVAÇÕES DAS propostas de emenda à Constituição (PECs) da Juventude (42/08), do Divórcio (28/09), da prorrogação do Fundo da Pobreza (14/08) e a que acabou com a aposentadoria de interesse público para os juizes (89/03) estão entre os destaques do primeiro semestre legislativo de 2010. Outras matérias importantes aprovadas pelo Plenário foram a Lei da Ficha Limpa (PLC 58/10), a que criou o Fundo Social do Pré-Sal (PLC 7/10), a que reajustou as aposentadorias e pensões (PLV 2/10) e a que alterou o Estatuto do Torcedor, endurecendo as punições contra quem praticar ou incentivar violência nos estádios e ginásios (PLC 82/09).

No total, o Plenário aprovou, entre 2 de fevereiro e 16 de julho, seis PECs, 23 projetos de lei da Câmara, um projeto de iniciativa do Senado, quatro substitutivos da Câmara dos Deputados, 27 projetos de decreto legislativo, 30 projetos de resolução, cinco medidas provisórias e quatro projetos de lei de conversão, totalizando 100 proposições. Também foram aprovados 624 requerimentos, 43 mensagens e dois ofícios. Assim, o total geral de matérias chegou a 769 no semestre legislativo.

Os principais projetos foram aprovados nos dias 19 de maio, 9 de junho e 7 de julho. Em maio, por exemplo, foi aprovado o projeto Ficha Limpa, que impede a candidatura de políticos condenados na Justiça em decisão colegiada. Essa proposta foi apresentada pelo Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE), que recolheu mais de 1,6 milhão de assinaturas.

Naquela ocasião, como a pauta do Senado estava trancada, foi convocada uma sessão extraordinária para que votações pudessem ser realizadas.

No mesmo dia 19 de maio, foi aprovado o projeto de conversão que reajustou em 7,72% os benefícios dos aposentados do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) com benefícios acima de um salário mínimo. Para que a sessão extraordinária pudesse ser realizada, e as matérias aprovadas, foi necessário um acordo entre os líderes partidários, de modo a liberar a pauta trancada por medidas provisórias e pelos projetos referentes ao pré-sal.

Os senadores também aprovaram naquele dia substitutivo da Câmara ao projeto do Senado que permite a monitoração eletrônica do condenado que cumpre pena em regime aberto (PLS 175/07) e o Projeto de Lei de Conversão (PLV) 3/10, que aumentou o salário mínimo de R\$ 465 para R\$ 510, a partir de janeiro deste ano.

Petróleo

Na madrugada do dia 10 de junho, depois de mais de 11 horas de discussão, o Plenário do Senado aprovou dois projetos referentes ao petróleo do Pré-Sal: o que criou o Fundo Social do Pré-Sal (PLC 7/10) e o que capitalizou a Petrobras (PLC 8/10) para a exploração de petróleo e gás na camada que se estende no subsolo marinho que vai do litoral de Santa Catarina ao Espírito Santo. Junto com o primeiro projeto, os senadores também aprovaram emenda que distribui os *royalties* do petróleo entre todos os estados e municípios, estabelecendo que

a União compensará os estados produtores – Rio de Janeiro e Espírito Santo – pela perda de recursos.

Por fim, em 7 de julho foram aprovadas, entre outras matérias, seis propostas de emenda à Constituição. A PEC da Juventude garantiu aos jovens o acesso a direitos que já são constitucionalmente assegurados às crianças, adolescentes e idosos, como o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar. A PEC do Divórcio acabou com a exigência de separação judicial prévia dos casais para a obtenção do divórcio. Já a PEC 17/08 ampliou até 2033 o prazo de vigência da Zona Franca de Manaus com suas características de área livre de comércio, exportação, importação e incentivos fiscais. As PECs da Juventude e do Divórcio foram promulgadas, a da Zona Franca foi enviada para apreciação da Câmara dos Deputados.

Também foi encaminhada para deliberação dos deputados a PEC 14/08, que prorroga por tempo indeterminado o prazo de vigência do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, que está previsto para se esgotar em 2010. Seguiu ainda para a Câmara outra PEC aprovada, a de número 89/03, que exclui a chamada aposentadoria por interesse público da relação de punições aplicáveis a magistrados. O mesmo ocorreu com a PEC 51/03, que transformou os biomas do Cerrado e da Caatinga em patrimônio nacional, equiparando-os à Floresta Amazônica e ao Pantanal.

Projeto reduz benefícios para condenados por crime hediondo

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) terá mais uma oportunidade de votar o projeto que trata do livramento condicional (PLS 249/05). A matéria, primeira na pauta de votações do dia 4 de agosto, está cercada de especial interesse, por sua relação com um assunto para o qual o país todo se volta no momento: o sequestro e a morte, em circunstâncias brutais, da modelo Eliza Samudio.

O autor, Hélio Costa (PMDB-MG), propõe a ampliação do tempo de prisão a ser cumprido antes que um condenado por crime hediondo possa requerer o livramento condicional. Como se sabe, o beneficiado ganha a liberdade com a condição de comparecer periodicamente à Justiça para comprovar sua permanência na comarca onde reside e justificar suas atividades.

A proposta aumenta, de dois terços para quatro quintos, o tempo mínimo de permanência do preso em regime fechado como um dos pré-requisitos para o livramento condicional. Para tanto, prevê a alteração do artigo 83 do Código Penal. Além dos crimes hediondos, a regra dos dois terços vale para as condenações por prática

de tortura; tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins; e terrorismo, se o apenado não for reincidente específico em crimes dessa natureza.

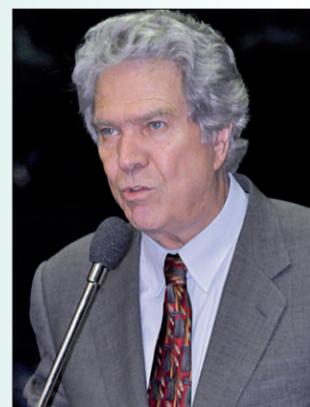
Favorável ao projeto, o presidente da CCJ e relator do PLS 249/05, Demostenes Torres (DEM-GO), disse estar empenhado na aprovação do projeto na reunião do dia 4. Ele espera que o exame do projeto, já há algumas semanas na pauta, seja viabilizado pela presença de no mínimo 12 senadores, já que a matéria é terminativa e pode seguir diretamente para a Câmara.

Demostenes refuta as objeções de integrantes do Ministério da Justiça à votação de matérias quando há um clamor popular em relação a crimes como o que vitimou Eliza Samudio. Essas autoridades entendem que um clima emocional muito forte pode distorcer o juízo dos legisladores, levando-os a aprovar penas mais severas do que o necessário.

– Vivemos no Brasil um clamor permanente, já que ocorrem 50 mil homicídios por ano. O que precisamos é dar tranquilidade ao país – observou Demostenes, que é procurador de Justiça licenciado.



Relator, Demostenes Torres quer projeto aprovado em agosto na CCJ



Hélio Costa defende ampliação do tempo de prisão a ser cumprido

Márcia Lopes, titular do Desenvolvimento Social, explica que projeto enviado pelo governo ao Congresso não pune simples palmadas em crianças

Projeto Onda/Inesc



Alunos participam do Projeto Onda, do Distrito Federal, que visa envolver os jovens na discussão sobre direitos e cidadania: Estatuto da Criança e do Adolescente completou 20 anos na semana passada

Ministra prevê erradicação do trabalho infantil até 2013

EM ENTREVISTA AO programa *Cidadania*, da TV Senado, a ministra Márcia Helena Carvalho Lopes, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, disse que até 2013 o Brasil terá erradicado completamente o trabalho infantil em todo o país. A afirmação da ministra foi feita ao comentar os principais obstáculos enfrentados ao longo dos 20 anos de vigência do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). O programa será reprisado nesta quarta-feira, às 21h.

Atualmente, segundo a ministra, há muitos focos de trabalho infantil, principalmente na agricultura. Por meio de programas

especiais, o governo já conseguiu debelar muitos desses focos, como no caso das carvoarias.

Alguns redutos, contudo, são difíceis de debelar, por se tratar, muitas vezes, de atividades de agricultura familiar. Nesses casos, o que se faz é uma troca: a família retira a criança do trabalho, a coloca na escola, e o governo paga àquela família um subsídio, na maioria das vezes, na forma do Bolsa Família.

A ministra detalhou a atuação dos conselhos tutelares, criados para fazer valer o ECA, hoje instalados na quase totalidade dos municípios brasileiros, e formados por cinco membros escolhi-

dos pela própria comunidade.

A ministra ressaltou também que o estatuto cobra dos governos, das autoridades e da sociedade brasileira um tratamento digno para as crianças e os adolescentes do país.

Sobre o projeto de lei enviado pelo governo ao Congresso Nacional, alterando o artigo 18 do ECA, ela disse que não há qualquer menção a "beliscões e palmadas", como alardeou a imprensa.

O que se quer proibir com o novo projeto, explicou a ministra, é a imposição de castigos físicos contra crianças e adolescentes, que firmam suas dignidades.

Comissão debate possibilidade de regulamentar a internet

A possibilidade de aplicação de alguma forma de controle sobre a internet deve ser tema de audiência pública na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) após o recesso parlamentar. O objetivo é discutir o marco civil da internet, que determinaria, por lei, direitos, responsabilidades e diretrizes no uso da rede mundial de computadores no Brasil.

Os senadores Renato Casagrande (PSB-ES) e Roberto Cavalcanti (PRB-PB) solicitaram o debate, lembrando que a Secretaria de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça, em parceria com a Faculdade

de Direito da Fundação Getúlio Vargas no Rio de Janeiro, anunciou no ano passado projeto para elaboração de um marco civil da internet.

Os senadores querem discutir se seria pertinente aplicar alguma forma de controle sobre os conteúdos veiculados na internet e como conciliar a regulamentação com a natureza essencialmente livre da rede de computadores.

— Em que medida essa regulamentação significaria uma ameaça à liberdade de expressão, protegida pela Constituição? São essas questões que pretendemos que sejam debatidas — afirma Roberto Cavalcanti.

Senado vai deliberar sobre participação da União em seguro rural

O Executivo propõe que a União participe, na condição de cotista, de fundo destinado à cobertura suplementar dos riscos do seguro rural nas modalidades agrícola, pecuária, pesqueira e florestal. Projeto nesse sentido, enviado ao Congresso e já aprovado pela Câmara, aguarda agora exame da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA).

Conhecido como Fundo de Catástrofe, esse instrumento poderá substituir o atual Fundo de Estabilidade do Seguro Rural, que remonta a 1966. Pelo projeto (PLC 22/10), a integralização de cotas pela União poderá ser realizada a critério do ministro da Fazenda, da seguinte forma: em moeda corrente, até o limite definido na lei orçamentária; ou em títulos públicos, até R\$ 4 bilhões.

O projeto estabelece que o Fundo de Catástrofe não contará com garantia ou aval

do poder público, devendo responder por suas obrigações até o limite dos bens e direitos integrantes de seu patrimônio. Outra determinação: a União não ficará impedida de adquirir novas cotas, seja para recompor patrimônio eventualmente consumido no cumprimento de

obrigações próprias do fundo, atender metas da política de expansão do seguro rural ou outros objetivos à deliberação do governo.

O projeto já foi aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), onde se reconheceu que a proposta alinha o Brasil

com instrumentos modernos de dispersão de risco de catástrofe e trata apropriadamente os riscos correlacionados. A CCJ considerou também que a proposta combina conhecimentos, instrumentos financeiros acurados, prudência no controle de eventos inesperados e atuação

estratégica para formação de conhecimento futuro, a fim de prevenir o recorrente endividamento rural.

A relatoria será assumida pelo presidente da CRA, Valter Pereira (PMDB-MS). O texto ainda vai a exame da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).



O chamado Fundo de Catástrofe, proposto pelo governo, prevê que a União participe como cotista. Objetivo é dar cobertura aos riscos do seguro rural